



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## **XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS** **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 2020**

### **As Ações do Poder Público Municipal e a Configuração do Comércio Popular**

**Vinicius Rios da Silva<sup>1</sup>; Alessandra Oliveira Teles<sup>2</sup>;**

1. Bolsista PEVIC/UEFS, Graduando em licenciatura em geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [viniciusriosuefs@gmail.com](mailto:viniciusriosuefs@gmail.com)
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: [aoteles@uefs.br](mailto:aoteles@uefs.br)

-----

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder Público; Comércio Popular; Centro de Abastecimento

### **INTRODUÇÃO**

Durante o período de construção do referencial teórico, a partir do levantamento bibliográfico, foi possível perceber como a história de Feira de Santana se aproxima das feiras livres, ao ponto da cidade emergir da feira. Os chamados processos de higienização como, por exemplo, a construção do centro de abastecimento e o atual shopping popular fazem parte de um tracejado historiográfico da cidade e como as relações de poder permeiam a produção do espaço urbano a partir dos jogos de interesses dos agentes produtores do espaço urbano que hora estão no poder. Ao longo do referencial foram abordados os principais textos lidos no período correspondente e os conceitos mais intrínsecos aos objetivos desse trabalho.

Objetiva-se compreender os impactos dos processos higienistas ao longo da história, bem como eles implicam na produção do espaço urbano atual e são exemplos de uma perda histórica feirense. Em seguida, busca-se entender o atual projeto do governo municipal, o pacto de feira, que objetiva realocar os trabalhadores do centro da cidade, culminando em uma reformulação do centro da cidade. Ao longo desse processo foi possível compreender as contradições dessa proposta e como ela fere a vida dos trabalhadores que hoje estão nas ruas do centro da cidade.

Por fim, discute-se a importância do centro de abastecimento para a economia local, em especial o comércio popular e como aquele espaço e sua valorização fundiária são vistas como elementos importantes para a reprodução do capital por parte do poder público e das empresas privadas que participam desse processo.

## **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

Foi utilizada uma metodologia qualitativa a partir de análises das relações interpessoais e dos trabalhadores e da sociedade com o espaço, analisando inclusive elementos historiográficos locais a partir do levantamento bibliográfico e pesquisa documental e de fotos. Contudo, a partir dos questionários e da interpretação dos mesmos, foi possível perceber a importância dos dados quantitativos para análise e emissão de valores sobre as perdas e ganhos para ambas as partes envolvidas no processo.

Foram utilizados como materiais plataformas online a exemplo do QGIS, elaboração de questionários online e, sobretudo o trabalho de campo que culminou em uma contagem do número de trabalhadores estão nas ruas, sendo um dos principais elementos utilizados para questionar a efetividade do shopping popular proposto pelo governo municipal. Além desses elementos, o contato direto de diálogo com os trabalhadores foi necessário e de intensa relevância para essa pesquisa. Principalmente, por ao longo das semanas finais desse trabalho presenciar o início da ação de retirada dos camelôs e ambulantes do centro da cidade.

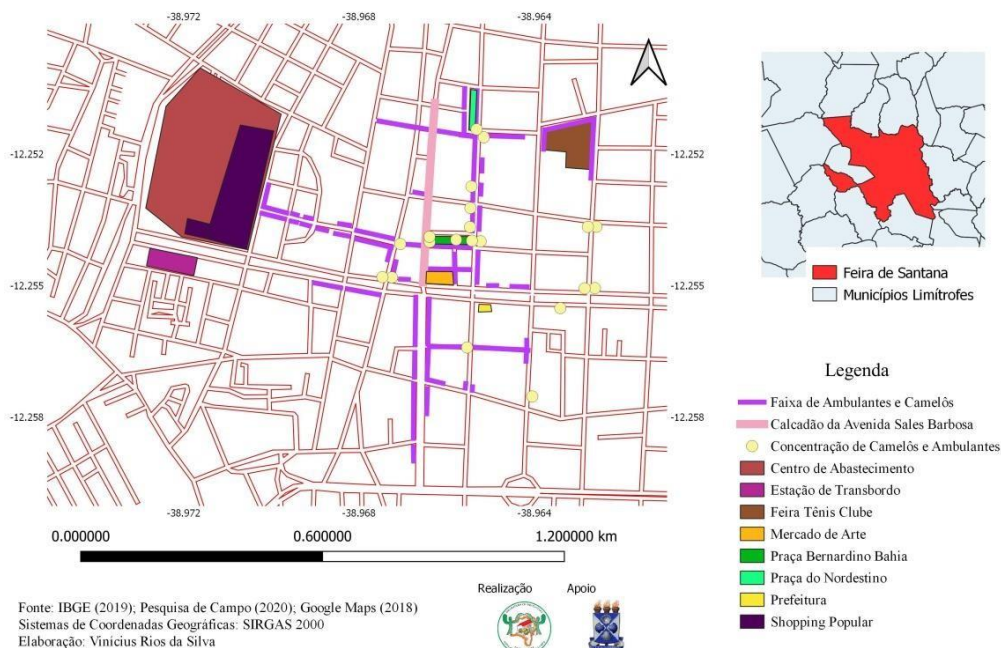
## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

Foi possível perceber que as ações do governo municipal trata-se de projetos higienistas para o centro da cidade que podem ser divididos em três. A construção do Centro de Abastecimento em 1970 com o objetivo de realocar a feira livre da Avenida Getúlio Vargas é considerado o primeiro. O feiragui na década de 1990 para receber os vendedores de produtos made in china que disputavam espaço com os vendedores de roupas e sapatos no calçadão da Rua Sales Barbosa é considerado o segundo. A atual proposta de shopping popular que segundo o governo municipal vai receber todos os trabalhadores do centro da cidade é o terceiro processo higienista da história da cidade. Percebe-se que todas essas ações do governo municipal são medidas desenfreadas e que não levam em consideração a história e a cultural local, implicando em uma perda histórica irreparável para a cidade.

O atual projeto do Shopping Popular não é diferente dos anteriores, contudo, nesse trabalho estuda-se como ele é ineficaz diante da demanda proposta, contraditório ao

ponto de não ser popular e perverso com a história local, com o comércio formal e informal e com a sociedade que não se sente contemplada pela proposta da prefeitura.

#### Comércio Informal no centro de Feira de Santana



A partir da análise do presente mapa, de elaboração própria a partir do campo e de acesso a plataformas é possível perceber como os trabalhadores se organizam em torno de suas necessidades de produção e de demanda, a partir da ocupação nas calçadas e especialmente nos pontos de ônibus.

Ao longo de todo o estudo foi possível perceber que o presente caso do shopping popular trata-se de um processo de gentrificação e reestruturação urbana discutida por Smith (1986) e também se aproxima das discussões de território de Gottmann (2012) ao dizer que “podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política”. O projeto também se aproxima do atual discurso do empreendedorismo ao tentar pôr esses trabalhadores em uma ideia de formalidade que não tem algum amparo social e trabalhista, mas que na verdade está intrinsecamente ligado aos atuais processos de expansão e retenção do capital de Kondratiev (1926) que resulta em uma precarização do trabalho como sustenta em tons sutis de modernização que Gonçalves (2002) descreve como “transformações de cunho técnico, político e espacial incidem diretamente sobre as formas de exploração e controle da força de trabalho”. O atual projeto do poder público feirense aumenta a arrecadação do estado, a partir das taxas cobradas dos trabalhadores pela empresa responsável em administrar o shopping popular, casando com o que diz Marx e Engels (2014); Meszaros (1989), ao descrever o Estado enquanto agente de classes, defensor e organizador dos interesses da classe dominante.

O centro de abastecimento configura-se como o maior entreposto comercial do interior do

Nordeste, contudo, nota-se o abandono atual desse espaço. Entretanto o terreno dessa área é dos mais valorizados da cidade, principalmente por conta da sua localização estratégica o que permite que muitos empresários e o poder público pensem em ampliar seus lucros e reproduzir o capital.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)**

Conclui-se que o município de Feira de Santana necessita de uma política de planejamento urbano definida e que inclua o comércio informal em suas diretrizes com o intuito de planejar ações como a ampliação e reestruturação das calçadas, limpeza efetiva e melhoria da iluminação, mas possibilitando que o máximo de trabalhadores fiquem nas ruas de forma digna e com segurança. Conduzir uma situação sobre um dos espaços mais caros da cidade que envolve o comércio formal, informal e a população em fluxos, sem levar em consideração o processo historiográfico do espaço comercial feirense resulta em proposições incabíveis da realidade econômica dos trabalhadores e incoerente com a cultura local das feiras livres e do comércio. As ações desenfreadas elaboradas pelo poder público, desde a construção do centro de abastecimento até o novo shopping popular, que foram e estão associadas ao discurso de reestruturação espacial e de modernização das relações trabalho, mas que sucedem em processos higienistas que são incapazes de reordenar o centro comercial com a complexidade exigida.

### **REFERÊNCIAS**

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.
- GOMES, Ivana de Oliveira et al. Usos do conceito geográfico “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, 2016.
- GONÇALVES, Marcelino Andrade. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, n. 21, p. 15-31, 2007.